

Responsabilidade empresarial ambiental em Minas Gerais

Environmental corporate responsibility in Minas Gerais

JÚNIOR, José Henrique da Silva
Universidade Fumec
jhsj@fumec.br

Resumo

Esse estudo trata de uma investigação sobre a responsabilidade e o comprometimento ambiental das empresas do ramo exportador de Minas Gerais, incluindo-se as empresas atuantes no setor minerário. Procura investigar como essas empresas lidam com as questões relativas ao meio ambiente tendo como foco a preservação ambiental. Para tal, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada em informações obtidas em entrevistas em profundidade, realizadas nas 40 empresas do ramo, de diversos setores e segmentos, de diversos tamanhos e portes, as quais, juntas, são responsáveis por 97% das exportações do Estado.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Empresas. Meio ambiente, Responsabilidade, Sustentabilidade. Environmental corporate responsibility in Minas Gerais

Abstract

This study deals with an investigation into the responsibility and environmental commitment of companies in the exporting business of Minas Gerais, including the companies operating in the mining sector. Investigates how these companies deal with issues relating to the environment with a focus on environmental preservation. To this end, we adopted a qualitative approach, based on information obtained from in-depth interviews, conducted in 40 branch companies in different sectors and segments of various sizes and sizes, which together are responsible for 97% of exports State.

Keywords: Development. Business. Environment. Responsibility. Sustainability.

Introdução

As agressões ao meio ambiente ou a algum de seus componentes tiveram início tão logo se deu o aparecimento da civilização. Iniciam-se, concomitantemente, com os primeiros agrupamentos sociais, com as primeiras famílias. Essas agressões, segundo Brito (1986), ocorrem inicialmente no meio natural e decorrem do desmatamento para as práticas agrícolas; para a extração da madeira que será usada para fazer carvão para gerar temperaturas adequadas à transformação do ferro em artefatos primitivos ou para a confecção de embarcações, móveis e utensílios. Continuam, com a formação de pastagens para alimentação do gado e pela extração de recursos naturais, para produzir e a prover bens industrializados. No século XX, observa-se sua aceleração dado o crescimento demográfico, a desenfreada urbanização, que se tem em curso.

No Brasil, esse processo se assemelhou. Segundo Leal et al (2008),

“inicialmente com a extração de recursos naturais ao longo dos sucessivos ciclos econômicos coloniais como a exploração do pau-brasil, cana e café que causaram grande impacto ambiental, e depois com a agricultura baseada em queimadas, a caça indiscriminada de animais silvestres e a exploração madeireira, entre outros. Esse quadro se agrava pelas práticas agropecuárias predatórias, o extrativismo vegetal e má gestão dos resíduos urbanos” (LEAL ET AL, 2008).

No entender de Young (1999),

“esse dinamismo acarretou mudanças consideráveis tanto de ordem espacial quanto em relação ao meio ambiente implicando em uma indústria mais intensiva no uso de recursos naturais e consumo e energia, tornando-a potencialmente mais suja”. (YOUNG, 1999).

Em Minas Gerais, a indústria constitui-se numa importante e representativa atividade econômica. De característica diversificada e dinâmica, o estado vai experimentar a criação e consolidação de uma estrutura produtiva bem singular, em decorrência principalmente de sua forte vocação industrial. Minas Gerais, segundo dados do IBGE (2010), abriga o terceiro maior parque industrial do Brasil, com destaque para os segmentos automobilístico, alimentício, têxtil, eletroeletrônico, mecânico, metalúrgico, siderúrgico, construção civil, autopeças e mineração.

Para Barcelos (2001),

“a atividade industrial, em Minas Gerais, caracteriza-se, entre outros, pelo predomínio de empresas voltadas para produção e grande exportação de bens intermediários, que agrega os gêneros minerais não metálicos, metalurgia, e siderurgia e ramo automotor, entre outros. Esta atividade tem na sua essência uma característica marcante: uma influente globalização onde predomina a exportação de commodities intensivas em recursos naturais”(BARCELOS, 2001).

Mais específicos, Carsalarde et al (2012) destacam que,

“as minerações apresentam-se como enclaves dissociados do território onde se instalam, reforçando uma posição de autonomia e provocando tanto processos de exclusão como de desterritorialização, agravados pelas relações internacionais de mercado para as quais as mineradoras têm se voltado quase exclusivamente. Um aspecto bastante preocupante que emerge deste contexto relaciona-se a três de suas principais características: a escala de impactos ambientais, a exclusão territorial e a preocupação em apenas recompor o meio ambiente na estrita acepção da lei” (CARSALARDE et al., 2012).

Já Freitas e Oleiro (2011), de forma categórica, vão afirmar que “por ter predominância, a extração e produção de bens intermediários - minerais não metálicos, metalurgia, e siderurgia, entre outros - vão gerar impactos ambientais graves”.

Diante desse contexto, como corolário, deduz-se residir nas empresas que atuam nesses respectivos ramos, em particular as mineradoras, a culpabilidade de tais impactos e a responsabilidade de tomar iniciativas para minimizar os efeitos ou impactantes suas ações produtivas, em particular a extração de recursos naturais, o que é inverossímil e não corresponde a realidade encontrada.

Entretanto, nos últimos tempos, observa-se uma mudança cultural dos empresários dos ramos de extração e produção de bens intermediários. Esses passam a realizar investimentos em processos produtivos mais eficientes ambientalmente ou em práticas,

ações, programas e projetos ambientalmente sustentáveis.

Assim sendo, esse estudo procura investigar quais são esses investimentos e essas atitudes organizacionais, com o foco de preservação ambiental.

Revisão bibliográfica

Segundo Pinfield (1998), a sociedade contemporânea insatisfeita, vem manifestar seu descontentamento através de uma crescente inquietação com a qualidade, atual e emergente, do ambiente natural. Por essa razão, as organizações, em particular, têm sofrido grandes influências em seu ambiente interno. As empresas se encontram, face às pressões da sociedade civil, em especial de grupos sociais (ONGs), governos e a sociedade mundial, diante do desafio de desenvolverem práticas ambientais como parte de suas responsabilidades sociais.

Segundo Abdala e oliveira (2009), em resposta às pressões e demandas oriundas do macroambiente, as corporações vêm incorporando, ainda que de forma lenta, a prática da gestão ambiental em sua estrutura.

Para Perez (2008), as organizações, além de buscarem melhorar os processos internos, precisam se preocupar em responder à crescente exigência da sociedade pela divulgação e evidenciação pública de seus resultados, mantendo sempre a transparência, que gera a confiabilidade das partes relacionadas.

Pode-se dizer que, nesse contexto, desponta uma incipiente responsabilidade empresarial ambiental, as quais, segundo os autores Abdala e oliveira (2009), procuram gerar um relacionamento harmônico com o Poder Público e com a sociedade, tendo em vista coadunar o desenvolvimento econômico à proteção ao meio ambiente. Isso faz nascer a responsabilidade ambiental ou responsabilidade social ambiental ou, ainda, responsabilidade social empresarial.

Segundo Corrêa et al (2010), o conceito de responsabilidade ambiental corporativa tem suas raízes nas preocupações que surgiram a partir do início dos anos 70, com a explosão demográfica, os impactos ocasionados pelo acelerado crescimento econômico e indiscriminada utilização dos recursos naturais. O desenvolvimento sustentável passou a ser, então, considerado um novo paradigma para desenvolvimento das nações, que busca a integração do crescimento econômico, igualdade social e preservação ambiental, como elementos relacionados de suporte ao desenvolvimento do longo prazo.

Entre as diversas definições dos termos acima, podem-se destacar as mais difundidas, como se apresenta a seguir.

A responsabilidade ambiental deve ser entendida como conjunto de decisões exercidas sob princípios de qualidade ambiental e ecológica preestabelecidos, com a finalidade de atingir e preservar um equilíbrio dinâmico entre objetivos, meios e atividades no âmbito da organização (ANDRADE et al, 2002.).

A responsabilidade social empresarial é uma forma de como as organizações devem conduzir suas ações pautadas em valores éticos que visem integrar todos os protagonistas de suas relações, os stakeholders, contribuindo para uma sociedade igualitária e justa (RICO, 2004).

Responsabilidade empresarial ambiental trata-se de “um conjunto dos aspectos da função geral de gerenciamento de uma organização, inclusive o planejamento, necessário para desenvolver e manter a política e os objetivos ambientais da organização” (NAHUIZ, 1995).

Responsabilidade empresarial ambiental deve ser entendida como

“um processo adaptativo e contínuo, através do qual as organizações definem e redefinem seus objetivos e metas relacionados à proteção do ambiente, à saúde de seus empregados, bem como clientes e comunidade, além de selecionar estratégias e meios para atingir estes objetivos num tempo determinado através de constante avaliação de sua interação com o meio ambiente externo” (SEIFFERT, 2007b).

Desde as primeiras manifestações ou preocupações com o meio ambiente, o principal obstáculo à responsabilidade empresarial ambiental ou ao engajamento das empresas nesse processo residia na crença de que a proteção ambiental e o lucro eram adversários naturais. Predominava a crença de que qualquer que fosse a ação ambientalmente correta, implicaria aumentos de custos e redução de lucros. Além do mais, pensava-se que o custo de aquisição de tecnologias mais eficientes e menos impactantes, era elevado. Porém, a gestão ambiental tem se mostrado com um potencial inverso, ou seja, que é possível reduzir custos através de uma melhor racionalização dos processos produtivos, particularmente no uso de insumos e na redução do desperdício.

Faucheux (1997) identificou duas estratégias básicas na introdução da gestão ambiental nas empresas: as defensivas e as proativas.

“na estratégia defensiva, o meio ambiente é visto como uma atividade restritiva nos processos empresariais e um consumidor de recursos. A integração da gestão ambiental nos processos da empresa e, portanto a função do gestor desta área, limita-se apenas a estar em conformidade com a legislação vigente, ou seja, são as características da gestão ambiental antes da década de 80, como anteriormente explicitado. Na estratégia proativa, a função é vista como estratégica no ambiente de negócios. O “meio ambiente” é visto como um elemento para novas oportunidades e fator crítico de competitividade e sucesso, principalmente com ênfase nos aspectos de prevenção dos impactos ambientais causados pelas atividades e pelas características dos produtos e serviços ofertados à sociedade (FAUCHEUX, 1997).

No entender de Claro, Claro e Amâncio (2008),

“as questões socioambientais estão se transformando em oportunidade de negócios para os novos entrantes e cada vez mais se tornando um fator de competitividade para as empresas que operam este modelo. Porém, não menos importante, pode-se atribuir a esse despertar, sobretudo, as exigências dos importadores dos produtos no exterior, principalmente na Europa e à pressão dos chamados Stakeholder – consumidores, acionistas, comunidade, governo, fornecedores, entre outros que, direta ou indiretamente, impactam ou são impactados pelo negócio em desenvolvimento”. (CLARO, CLARO E AMÂNCIO, 2008).

Segundo Maimon (1994)

“a responsabilidade ambiental passa, gradativamente, a ser encarada como uma necessidade de sobrevivência das empresas constituindo e alguns fatores contribuíram para essa mudança de comportamento: a) a crescente sensibilidade da opinião pública quanto às questões ambientais; b) a expansão do movimento ambientalista, que vem adquirindo uma considerável experiência técnica e organização política; e c) a disponibilidade e difusão de inovações tecnológicas (processos e produtos) que reduzem ou eliminam a poluição” (MAIMON, 1994).

Segundo Oliveira et al, (2010)

“a principal alteração que se verifica atualmente é a percepção das corporações sobre o papel que desempenham na sociedade. A corporação não é mais vista como uma instituição com propósitos simplesmente econômicos, voltada apenas para o desenvolvimento e venda de seus produtos e serviços. Em face de seu tamanho, recursos e impacto na sociedade, a empresa tem grande envolvimento no acompanhamento e na participação de muitas tarefas sociais, desde a limpeza das águas até o aprimoramento cultural.” (OLIVEIRA et al, 2010)

Em última análise, pode-se dizer que a responsabilidade em relação ao meio ambiente passou a ser encarada como uma necessidade de sobrevivência das empresas. Pode-se, também, afirmar, que as empresas visualizaram oportunidade de ganhos decorrentes de uma gestão mais ambientalmente eficaz como a possibilidade de obtenção da valorização da sua identidade; da melhoria na sua posição no mercado; da redução de custos e conseqüente aumento de receita, através de uma melhor racionalização dos processos produtivos, que impliquem no uso de insumos de forma mais eficiente. Dependendo do setor em que a empresa opera, haverá maior ou menor interface com a variável ambiental e, sobre esse aspecto, deve-se ressaltar o papel regulador do Estado que, através de legislação ambiental, contribuiu para a internalização da pauta ambiental na empresa.

De acordo com Donaire (1995),

“as respostas das organizações empresariais ao novo e complexo desafio ocorrem em três fases: controle ambiental nas saídas, integração do controle ambiental nas práticas e processos industriais, e integração do controle ambiental na gestão administrativa. A primeira fase constitui-se na instalação de equipamentos de controle da poluição nas saídas, como chaminés e redes de esgotos, mantendo a atual estrutura produtiva. No segundo estágio, compondo uma outra categoria de respostas, o controle ambiental é integrado nas práticas e processos produtivos, deixando de ser uma atividade de controle da poluição para uma atividade função da produção. Na terceira integração do controle ambiental na gestão administrativa, projetando-a em nível estratégico”(DONAIRE, 1995).

De forma semelhante, no entender de Maimon (1994),

“como resposta às pressões internas e externas, as empresas adotam, basicamente, três linhas de ação: 1. adaptação à regulamentação ou exigência do mercado, incorporando equipamentos de controle da poluição nas saídas, sem modificar a estrutura produtiva e o produto; 2. adaptação à regulamentação ou exigência do mercado, modificando os processos e/ou produtos (inclusive embalagem). O princípio é a prevenção da poluição, selecionando matérias-primas, desenvolvendo novos processos e/ou produtos; 3. antecipação aos problemas ambientais futuros, ou seja, assumindo um comportamento proativo e de excelência ambiental. O princípio é de integrar a função ambiental no planejamento estratégico da empresa” (MAIMON, 1994).

Metodologia

A metodologia utilizada para realização deste estudo consistiu-se, preliminarmente, na coleta de informações a respeito do tema, através de consulta em livros, jornais, revistas, periódicos, boletins técnicos, trabalhos acadêmicos e sites das empresas, para a consolidação de uma base conceitual para o início dos trabalhos e fundamentação teórica. Em seguida, promoveu-se um conjunto de entrevistas, em profundidade, com os responsáveis pela área ambiental de 40 empresas exportadoras, de diversos portes e tamanhos, atuantes em Minas Gerais, que, juntas, respondem por mais de 97% das exportações mineiras, procurando obter informações sobre suas ações ambientais (QUADRO 1).

Quadro 1

Relação de empresas exportadoras pesquisadas

Vale S.A. CBMMS.A Gerdau Açominas S.A. Fiat automóveis S.A. Nacional minérios S.A. Coop. Reg. de Café L.tda Celulose Nipo brasileira S.A. Kinross Brasil mineração S.A. Anglogold Ashanti S.A. Terra Forte exp. e imp. de café L.tda. Usiminas S.A. Companhia Siderúrgica Nacional - CSN Acesita S.A. Jbs S.A. Sadia S.A. Stockler L.tda. Bunge Alimentos S.A. Votorantim S.A. Accelormittal Brasil S.A. Sara Lee cafés do Brasil L.tda.	Unicafé S.A. Iveco Latin America Ltda. Adm. do Brasil Ltda. Rima industrial S.A. Rio Doce café S.A. Exp. e Imp. Marubeni Colorado Ltda Votorantim S.A. Liasa S.A. Noble Brasil S.A. V & m do Brasil S.A. Columbia Trading S.A. Sem entes Selecta S.A. Cargill Agrícola S.A. Gerdau aços longos S.A. Mineração Serra do Oeste L.tda. Comexim L.tda. Tangara S.A. Seara alimentos S.A. S.A Usina Conuripe açúcar e álcool Novo Nordisk Prod. Farmac. do Brasil Ltda
---	--

Fonte: dados adaptados pelo autor

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2012, e foram entrevistadas as pessoas previamente indicadas por cada uma das empresas investigadas, sendo esses gerentes e/ou responsáveis pela área de meio ambiente. A entrevista reuniu perguntas sobre aspectos ambientais, espaciais, econômicos e culturais como: planos de gestão ambiental, ações específicas em relação a tratamento e destino dos resíduos, manejo da energia, manejo da água, instalação de equipamentos antipoluentes e também quanto aos procedimentos para licenciamento e monitoramento, entre outros.

Em relação à técnica de coleta de dados utilizada, tomou-se o método de entrevista em profundidade, pois, segundo Diniz (2006) é uma técnica muito utilizada, e, através da qual o entrevistador segue um conjunto de questões anteriormente planejadas e definidas e realiza a entrevista num contexto parecido ao de uma conversa informal. Por último, promoveu-se uma análise de conteúdo das entrevistas e discussão dos resultados.

Apresentação e análise dos resultados

Ao longo das entrevistas, a primeira questão apresentada aos respondentes tratou das ações praticadas nas Empresas e teve como objetivo verificar o grau de responsabilidade ambiental dessas. Segundo os entrevistados, as organizações estudadas demonstram um relativo grau de comprometimento organizacional com a temática ambiental, apesar de a grande maioria tratar-se de empresas desobrigadas de possuir sistema de gestão ambiental. Porém, no universo de empresas pesquisadas, existem aquelas que, pelo seu porte, são obrigadas a manter um dado sistema. Dentre os aspectos ambientais de sustentabilidade, foram informadas várias ações. Dentre as várias ações ambientais informadas destacam-se, os programas de educação ambiental; o gerenciamento ambiental; a destinação adequada de resíduos sólidos; o monitoramento de solos e recursos hídricos e a recuperação de áreas degradadas, entre outros.

Em acréscimo, além disso, foram informadas práticas que buscam a economia de insumos e recursos naturais; reciclagem de materiais; controle e reciclagem de recursos naturais até seu descarte; utilização de processos mais eficientes para evitar emissão de gases poluentes; a sua captura; o tratamento e recuperação da água; a reutilização de gases poluentes para utilização como combustíveis em outras etapas da produção; a recirculação da água já utilizada; o tratamento de todos os efluentes; o monitoramento ambiental e tratamento dos resíduos; a avaliação das águas superficiais e subterrâneas; a avaliação dos efluentes gerados e as poluições atmosféricas; o gerenciamento de resíduos através de “central de resíduos”; a separação de materiais recicláveis com seu reaproveitamento e reciclagem; a reutilização de resíduos perigosos como combustíveis e fonte de energia; a preservação da biodiversidade, da fauna e flora e a preservação dos cursos d’água existentes; a recuperação, manutenção e preservação das florestas no entorno; o cultivo e plantação de mudas de espécies de árvores com a utilização de adubos produzidos nas próprias fábricas através da compostagem de resíduos orgânicos; o acompanhamento de espécies da fauna através de convênios com universidades; práticas de atitudes sustentáveis visando acabar com desperdício de água; economia de eletricidade; coleta seletiva de resíduos, entre outros.

É importante salientar que parte dos informantes afirmou que suas empresas possuem políticas específicas voltadas para o tratamento e destino dos resíduos; manejo da energia; manejo da água; instalação de equipamentos antipoluentes. Segundo os informantes, essas políticas vão mais além pois definem metas estratégicas para a redução de consumo de materiais e energia. Observou-se, entretanto, que a preocupação com o consumo da água é mais latente naquelas empresas que realizam ações de tratamento e reciclagem dos recursos hídricos. Não obstante, foi possível depreender que somente um pequeno número das empresas pratica controle e tratamento de resíduos e o cuidado na destinação correta do lixo. Algumas delas desenvolvem programas de coleta seletiva com destinação de material para associações de recicladores.

Quanto à emissão de poluentes atmosféricos, tendo em vista o relato da maior parte dos entrevistados, pode-se depreender que se torna uma preocupação ainda exclusiva das empresas de maior porte, no sentido da minimização dos seus efeitos, ao procurarem controlar a qualidade do ar nas suas unidades. No caso específico de empresas que geram parte de sua própria energia, são desenvolvidas, segundo relatos, ações específicas para a busca de energias alternativas menos poluentes.

Segundo informações captadas nas entrevistas, muitas empresas têm imitado outras, em especificamente as mais comprometidas com o meio ambiente. Nada muito incomum, pois segundo Faucheux (1997), as práticas ambientais podem ser transferidas de organização pra organização. Ou seja, parte das empresas pesquisadas copiam ações de suas concorrentes a fim de adquirir competências e tornar essas, vantagens competitivas.

Foi relatado que é comum se recorrer a práticas de prevenção de poluição

limitando, reduzindo ou eliminando os impactos negativos sobre o meio ambiente durante o processo de produção. Algumas empresas utilizam-se de equipamentos, no final do processo produtivo, para capturar resíduos antes da sua descarga no meio ambiente. Para tal, fazem uso frequente de uma estação de tratamento de efluentes, filtros em chaminés ou aterro de resíduos industriais. Segundo os entrevistados, a prevenção de poluição não gera apenas uma vantagem de redução de custos, mas um aumento da produtividade e eficiência, que vai se refletir na qualidade de seus produtos

Um outro foco das entrevistas foi abordar como as empresas lidam com a gestão da qualidade do processo produtivo. Foram relatadas informações de que as empresas adotam, em algum momento, alguma política de gestão da qualidade, na qual está incluída a preocupação ambiental. Porém, ficou evidente que muitos entrevistados demonstraram sequer conhecer detalhes dos impactos causados pelas operações empresariais, junto ao meio ambiente, mas concordam que estes deveriam ser avaliados e monitorados sistematicamente. De modo geral, segundo estes, essas políticas assegurariam confiabilidade à qualidade dos produtos e serviços, junto a clientes e fornecedores, e possibilitariam torná-las mais competitivas, alcançando crescimento no mercado.

Também pôde-se perceber, ao longo das entrevistas, que as empresas procuram se esforçar para obter algum sistema de certificação. Para atender aos requisitos dessas certificações, algumas, em especial as de maior porte, mantêm uma sistemática de monitoramento, pesquisa e assistência técnica, visando atender às necessidades de seus clientes; supervisionar e melhorar a qualidade do produto e do processo (incluindo fornecedores/insumos); e avaliar a satisfação dos clientes. Porém, não é uma praxe, no mercado. De modo geral, as empresas adotam procedimento padrão em relação ao gerenciamento de danos causados ao meio ambiente, os chamados passivos ambientais, porém, não adotam nenhum procedimento específico, relativo a esses passivos. Poucas fazem a avaliação obrigatória dos passivos ambientais potenciais das suas unidades.

Segundo as entrevistas mostraram, raras empresas fazem inventário de emissão de gases do efeito estufa ou estabelecem metas de redução dos mesmos; não há programas para redução das emissões. Poucas apoiam, financeiramente, programas externos de redução de emissões, ou iniciativas de conscientização ambiental. As emissões, na maioria das empresas, não são monitoradas, e, em outras, só há monitoramento em conformidade com as normas aplicáveis. De modo geral, poucas empresas estabelecem ações para atingirem as metas e critérios internos estabelecidos, mas nem todas zelam pelos recursos como: água, energia elétrica, combustíveis fósseis, madeira, carvão e recursos minerais. Segundo as entrevistas, não é comum o estabelecimento de metas para redução de seu uso, bem como programas estruturados voltados para os mesmos, nem existe comunicação de suas ações em relatórios. Somente nas empresas de grande porte, foram informadas a definição e busca dessas metas.

Quanto ao interesse em uma interação com os fornecedores no sentido de manter ou preservar o meio ambiente, percebe-se que algumas empresas estimulam os fornecedores para conceber e implantar práticas preservacionistas. No que diz respeito à seleção de fornecedores, apenas duas organizações não fazem nenhuma referência a requisitos ambientais. O restante afirma incluir cláusulas específicas em contratos e fiscalizar seus fornecedores com relação a tais questões. De modo geral, do universo de empresas pesquisadas, poucas empresas adotam critérios ambientais na seleção de fornecedores. Para algumas, esse critério abrange apenas os principais fornecedores. Segundo depreende-se das entrevistas, o objetivo seria avaliar se a empresa busca reduzir o impacto ambiental da cadeia produtiva, assim como reduzir os riscos decorrentes deste.

Outro aspecto abordado nas entrevistas diz respeito ao relacionamento entre empresas com seus funcionários e com a comunidade. A questão aberta buscou respostas com relação à existência de iniciativas adotadas pela empresa na área de relacionamento com os funcionários e a comunidade do entorno. Sobre o tema, poucos entrevistados

responderam. De modo geral os entrevistados demonstraram que as ações nesse sentido baseiam-se na premissa da necessidade de internalizar as práticas organizacionais, para que as mesmas sejam efetivamente adotadas e operacionalizadas.

Outro tema abordado nas entrevistas, foi a preocupação da empresas quanto à prática preservacionista no ambiente da comunidade. Visava identificar se a preocupação das organizações em estimular práticas internas que pudessem mitigar o risco ambiental está ou não formalizada ou encontra respaldo na política das organizações, fazendo parte das estratégias organizacionais. Quanto à formação e o desenvolvimento de uma consciência sócio-ambiental nas organizações, observa-se que as ações de minimização de impactos, na maioria das empresas, resume-se a práticas predominantemente reativas. As entrevistas permitiram deduzir que elas ocorrem em três níveis: estratégico, tático e operacional. Porém, somente no nível operacional e estratégico foi possível elucidar. Em relação ao nível estratégico, nota-se que a adoção de políticas é um dos principais instrumentos utilizados pelas organizações para definir o que poderia ser considerada como sua “filosofia ambiental”. Nesse nível, observa-se que se organizam os sistemas ambientais, que são os instrumentos responsáveis por padronizar e definir metas para a atuação ambiental das organizações. No âmbito operacional, esses padrões dividem-se predominantemente em três frentes, uma destinada à minimização dos impactos causados pela empresa, outra com ações de conscientização para o público interno e, a última, voltada para o público externo.

No ambiente interno, conforme relato dos entrevistados, percebe-se que somente as maiores organizações realizam treinamentos para colaboradores, criam comitês específicos sobre o tema e desenvolvem programas de estímulo aos empregados. A maioria dos entrevistados afirmou que a sua empresa realiza ações de educação ambiental específicas para o público interno e algumas demonstraram, também, estender essas atividades aos familiares dos seus colaboradores. Já tendo em vista a comunidade local, muitas empresas estimulam a adoção de práticas ambientalmente conscientes para moradores do entorno e para seus fornecedores, através de uma série de requisitos que envolvem, em alguns casos, atestado de procedência do produto. Depreende-se que as ações junto à comunidade não são comuns, limitando-se às grandes empresas do setor. Algumas delas possuem fundações e institutos responsáveis por programas de conscientização nas comunidades, inclusive através da parceria com agentes sociais e associações de recicladores.

Os entrevistados ainda relataram que a consciência ambiental corporativa é encarada estrategicamente pela empresa. Tendo em vista a importância que assume a imagem corporativa junto ao público em geral, e levando em consideração a sua imagem institucional, as empresas buscam o reconhecimento adotando ações ambientalmente corretas. Segundo os entrevistados, um fator determinante na adoção de práticas ambientalmente corretas consiste na necessidade de adequar os produtos aos padrões internacionais.

Mais á frente, as entrevistas visaram perceber a postura ética nos negócios,. Os entrevistados foram questionados sobre a preocupação da empresa em atuar com o objetivo de deixar um legado social, econômico e ambiental positivo nos territórios onde as empresas operam. Essas ações, segundo eles, é real e, estimulariam a inclusão social pela educação, para o trabalho e desenvolvimento humano; para o crescimento e a diversificação econômica, segundo vocações locais; e, ainda, o fortalecimento institucional local. Quanto à relação empresa e seu entorno, os entrevistados relataram que as empresas mantêm procedimentos formais para receber, registrar e dar uma resposta às demandas dos grupos afetados pelos negócios. O relacionamento com diversos públicos também faz parte da gestão ambiental. Muitas empresas procuram responder, por exemplo, às demandas da comunidade a seu redor.

Outro aspecto abordado nas entrevistas e relatado nos depoimentos dos entrevistados foi a oportunidade de ganhos decorrentes de uma gestão ambiental

mais eficaz. Os entrevistados apontaram que a busca de valorização de estratégias mercadológicas que imprimam uma imagem mais moderna e uma postura diferenciada é relevante. Para tal, muitas buscam certificações ambientais, parceria com a comunidade nas ações ambientais e criação de programas ambientais junto à comunidade. Pode-se depreender que a pressão mercadológica, nesse sentido, age como fator determinante para a adoção de modelos de gestão ambientalmente eficientes, e também interfere na adoção de medidas que atendam ao mercado, tanto nacional quanto internacional, quase que obrigatoriamente, uma vez que ali predominam novas exigências de padrões de concorrência.

Outro ponto abordado nas entrevistas objetivou conhecer o atendimento à legislação ambiental em vigor; a sistemática para a obtenção de licenciamento e o acesso às exigências legais. Os entrevistados relataram que o atendimento é feito de forma reativa diante da exigência legal. A maioria das empresas, segundo os relatos, busca atender à legislação em seus três níveis: local, estadual e federal, embora em muitas delas percebe-se o desconhecimento da Lei Ambiental. Muitas, para superar o risco de autuações, terceirizam serviços de assessoramento, contratando empresas especializadas que as orientam na identificação dos requisitos e exigências legais quanto aos aspectos e impactos ambientais que devem ser seguidos. Pode-se depreender que as empresas, a luz da pesquisa, têm demonstrado preocupação com o meio ambiente, com a poluição e degradação ambiental nos pontos de origem e, assim, promovem iniciativas, tomam atitudes e exercem atividades ecológica e ambientalmente corretas. Todas elas parecem tentar cumprir suas obrigações com a preservação ambiental.

Observou-se que grande parte das empresas estão promovendo essas ações de preservação e de gestão mais racional dos recursos ambientais, preocupadas em atender à legislação ambiental em vigor. Estão procedendo ao atendimento das normas e exigências do licenciamento e/ou regulamentos ambientais. Assim, como, procurando responder à pressão crescente exercida pela comunidade, por ONGs ambientalistas, pelo Ministério Público e, ainda, ao cumprimento de ordens judiciais. Concomitantemente, constatou-se que essas empresas também passaram a adotar medidas visando a um melhor relacionamento com o meio ambiente, diante das exigências de instituições financeiras ou de fomento, provedoras de recursos financeiros creditícios.

Em relação aos procedimentos de licenciamento, os entrevistados afirmaram que as empresas limitam-se aos padrões exigidos pelo órgão ambiental. A maior parte das empresas pesquisadas procura atender à legislação ambiental, porém, destacadamente, a maior dificuldade dessas reside no cumprimento de prazos estabelecidos pelo órgão fiscalizador, ora por incompetência, ora em razão do envolvimento de vários departamentos/setores internos no processo de licenciamento, ora pelo curto período de tempo. Como já referido anteriormente, não é comum empresas adotarem mecanismos de gestão ambiental voluntariamente. A grande maioria o faz em decorrência da legislação em vigor.

Mais a frente, ao longo da entrevista, o assunto foi direcionado, de tal forma a identificar como as empresas se posicionam em relação às práticas sustentáveis. A pesquisa revelou que a adesão à sustentabilidade corporativa não possui características proativas, mas reativas a um movimento maior de mercado. Nesse item, destinado a elucidar a responsabilidade das Empresas, verificou-se, por intermédio das entrevistas realizadas, que, apesar de ter um cunho econômico, pode-se afirmar que as razões da indústria são normativas, pois se relacionam à visão da sociedade sobre o setor que acabara de passar por uma crise, e não especificamente à maximização de lucro ou do desempenho econômico. As razões normativas foram também as predominantes na pesquisa dentre as empresas pesquisadas. Inicialmente, a respeito da motivação para a sustentabilidade corporativa, é preciso lembrar que Hahn e Scheemesser (2005) apontam tanto questões relacionadas ao desempenho econômico e maximização do lucro da empresa, quanto razões normativas ou pressões institucionais, em que a adoção da SC se deve principalmente à legitimação da organização perante a sociedade.

Avançando na proposta de investigação de Hahn e Scheemesser (2005), no que tange aos resultados organizacionais obtidos, tendo em vista a adoção da sustentabilidade, os relatos dos entrevistados evidenciaram conexão com o desempenho da empresa, a partir da promoção da imagem perante seus consumidores. Observou-se que há uma preocupação em preservar a imagem e reputação da empresa, imposta pela demanda de clientes/consumidores; e dos acionistas. Assim como não se pode deixar de observar quão importante é a preocupação com a redução de custos associados ao desperdício de insumos e matéria-prima; com a melhoria da qualidade dos produtos; com o aumento da competitividade das exportações; entre outros.

Na parte final da entrevista, procurou-se focar no uso de tecnologias com maior possibilidade de agressão ao meio ambiente. As perguntas tiveram por objetivo apurar questões relativas às práticas ambientais, considerando-se a utilização de novas e diferentes tecnologias. Poucas, entretanto, desenvolvem pesquisas no sentido de buscar fontes alternativas de energia e melhorias nos processos que efetivamente signifiquem avanços tecnológicos. Mesmo assim, algumas conseguiram obter resultados significativos na redução do consumo de água e na emissão de poluentes atmosféricos. A introdução de tecnologias ambientais eficientes e modernas pode ser considerada importante forma de redução de custos e aumento de receitas.

Por parte das grandes empresas, a procura está cada vez maior em promover uma produção com a intenção de redução dos efeitos ambientais negativos através de monitoramento, integração de tecnologia no processo, análise de ciclo de vida do produto e administração integrada da cadeia de produção.

Ao longo das entrevistas ficou claro que as empresas, em muitos casos, buscam adotar ações ambientais que redundem em ações proativas, ou seja, ações que possibilitem a diminuição da poluição no ponto de geração. Os entrevistados relataram que as empresas estão preocupadas em melhorar sua eficiência nos processos industriais, por meio da racionalização no uso de matérias-primas e insumos.

CONCLUSÕES

Embora, existindo algumas limitações inseridas na presente pesquisa, foi possível verificar que as empresas investigadas têm manifestado algum tipo de preocupação com relação ao meio ambiente em que se inserem. Não se pode afirmar que todas as empresas já se encontram conscientizados da importância da gestão responsável dos recursos naturais. Porém, apesar de nem sempre essas preocupações serem tratadas de forma autônomas e proativas, identificou-se que ao menos as principais empresas, particularmente aquelas atuantes no ramo minerário, operam um conjunto de práticas, ações, programas e projetos ambientais,

A partir do objetivo proposto, que foi investigar as práticas organizacionais com o foco de preservação ambientais, pode-se dizer que a responsabilidade ambiental das empresas vem crescendo, como consequência do processo natural de desenvolvimento da sociedade. Segundo pode-se depreender das entrevistas, cada vez mais as organizações concebem e implantam diversas soluções voltadas ao desenvolvimento sustentável, que visam, porém, também, preservar a lucratividade do negócio principal. Entretanto, ações preservacionistas são mais comuns junto às grandes corporações.

Em resumo, tendo como pano de fundo as entrevistas realizadas, pode-se dizer que as práticas mais comuns e relevantes, que emergiram ao longo do estudo, tiveram motivações do lado interno pela possibilidade de redução de custos, a atualização tecnológica, a otimização nos processos produtivos e o desenvolvimento de uma cultura interna ambientalmente correta, e, pelo lado externo, onde se destacam as demandas das partes interessadas, principalmente de agências financiadoras, comunidade local,

organizações da sociedade civil e governo. São consideráveis também as regulamentações ambientais, dos mercados e das fontes de recursos, dentre outros.

Foi possível observar que as empresas efetivam parte de suas ações voltadas à gestão ambiental e ecoeficiência. Porém, percebeu-se que, entre os principais determinantes da implantação de um sistema de gestão ambiental, são predominantes as motivadas pela necessidade do cumprimento da legislação; as motivadas pelas forças de mercado que exigem que os produtos e serviços sejam resultado de operações sustentáveis; as motivadas por razões estratégicas das organizações que necessitam ser percebidas com um diferencial competitivo e visualizam na gestão ambiental um fator crítico de sucesso.

Pode-se dizer que o que tem induzido a adoção de práticas menos agressivas ao meio ambiente é a regulação ambiental, por meio de legislações, subsídios, créditos, financiamentos e outros instrumentos; a pressão dos consumidores, principalmente os dos países de renda alta; a pressão dos stakeholders, dentre eles, ONGs ambientalistas que se sentem ameaçados por práticas empresariais impactantes ao meio ambiente. E, em menor escala, a pressão dos investidores quanto à quantificação do passivo ambiental tem contribuído para a adoção de inovações ambientais. Evidentemente que outros fatores podem também induzir o investimento ambiental, como a redução, reuso ou reciclagem na utilização de insumos, tais como água e energia; a existência de novas oportunidades tecnológica, por meio da melhoria da eficiência dos processos, seja pela redução das perdas e dos desperdícios ou pela redução dos tempos de ciclo e também pelo aumento dos padrões de qualidade; e, por último, a globalização dos mercados.

É possível dizer ainda, que a maioria das corporações passam a reagir ao debate que ganhou espaço na mídia, com o levantamento e denúncias dos impactos ambientais, as pressões da legislação e do mercado sobre sua atuação ambiental, bem como da sociedade/comunidade, exigindo o respeito às condições de sobrevivência digna. Essas pressões se intensificaram nos últimos tempos. Principalmente, frente as denúncias de algumas ONG's, sobre grandes e diversificados impactos negativos na atividade mineradora em Minas Gerais, em um momento de aceleração da extração mineral, do aumento da consciência social sobre o território e valores culturais. Ainda, segundo estas ONG's, de modo geral, a preocupação ambiental por parte das empresas decorre, principalmente, da aplicação da legislação mais exigente, imposta pela política ambiental. Porém, a estrita observância legal não é suficiente para solucionar os problemas ambientais, pois existem outras questões a serem consideradas.

A questão da mineração, em particular, ocorre ao largo do Estado que, preocupado antes em criar leis e focado no meio ambiente, tem se absterido de seu papel de planejador e gestor local e regional, deixando às mineradoras um campo livre para que as decisões se deem de acordo com seus próprios interesses do que sob a égide do interesse público coletivo. A relação mineradoras x municípios, via de regra, não se baseia em uma atitude de diálogo e de construção conjunta, resultando em ações de cunho paternalista, naquilo que as mineradoras entendem serem as contrapartidas. Dificilmente as demandas da sociedade para com as mineradoras são consideradas.

Por outro lado, pode-se concluir que um dos principais motivos ou benefício auferido pela empresa, ao adotar políticas ambientalmente corretas, está na formação de uma imagem que possa torná-la mais atraente para o mercado. As organizações industriais estão cada vez mais sujeitas às exigências da sociedade e a adoção de estratégias que possibilitem a melhoria do desempenho empresarial, com a mínima interferência ao meio ambiente, ou seja, uma adequada gestão ambiental.

Entretanto, os resultados analisados à luz da pesquisa faz questionar: estariam as organizações preocupadas em corresponder às exigências do mercado, notadamente com o objetivo único de se manterem competitivas, disputando mais espaço no mercado, ou essa preocupação com a questão ambiental perpassa essa limitação e avança para um efetivo comprometimento socioambiental?

Em última análise, pode-se dizer que prevalece, ainda, entre os empresários,

uma atitude reativa. A responsabilidade ambiental restringe-se a atender às normas, à política dos órgãos de regulação, e à pressão da comunidade local e internacional. A inserção internacional da empresa, a origem e tamanho do capital e a localização acabam determinando a responsabilidade ambiental das empresas. A pressão da população local, que sofre os efeitos da poluição, e a pressão do movimento ecológico internacional têm sido importantes na fiscalização das empresas. Esta evolução, apesar de ser generalizada, não é uniforme, variando de lugar para lugar, de indústria para indústria e de empresa para empresa.

BIBLIOGRAFIA

- ABDALA, Etienne Cardoso. OLIVEIRA, Miriam Tiemi Takimura. Estratégia e responsabilidade socioambiental: uma análise de conteúdo em instituições financeiras brasileiras. XII SEMEAD Empreendedorismo e inovação, 27 e 28 de Agosto de 2009.
- ABREU, Renata R. Recuperação de áreas degradadas pela mineração em regiões de interesse patrimonial. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo- PGAU/UFMG), Belo Horizonte, 2012.
- ACCIOLY, S. M. L. Uso Futuro de Áreas Mineradas e o Meio Urbano: O Caso de Águas Claras. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentado-MACPS/UFMG,) Belo Horizonte, 2012
- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. Gestão Ambiental: Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.
- BARCELLOS, F. C. A indústria nacional e o seu potencial poluidor. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Belém, PA. 2001
- BRITO, J. O. Madeira para energia: a verdadeira realidade do uso de recursos florestais, silvicultura, ed. Especial, n.41, p.188-93, 1986.
- CARSALARDE, Flávio et all. Mineração em Minas Gerais: território e paisagem cultural. In: 1º Seminário Internacional de Reconversão de Territórios. Belo Horizonte: 2012
- CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMANCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. Revista de Administração RAUSP, vol. 43, n. 4, p 289-300, 2008.
- CORRÊA, D. A., Neto, M. S., Spers, V. R. E., & Giuliani, A. C. (2010). Inovação, Sustentabilidade e Responsabilidade Social: Análise da Experiência de uma Empresa de Equipamentos Pesados. Revista de Gestão Social e Ambiental. 4(3), set./dez., 90-105.
- DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- DINIZ, P. A. Metodologia científica. Belo Horizonte: FEAD, 2006. Apostila.
- DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 34, n. 2, mar./abr. 1994, p. 68-77.
- FAUCHEUX, S.; HAAKE, J.; NICOLAI, I. Implications de la mondialisation économique sur la relation environmental-entreprises. Rapport de Recherche: C3ED/DGAD/SRAE n°95285, 1997.
- FARIAS, Carlos Eugênio Gomes. Mineração e meio ambiente no Brasil. (2002). Relatório preparado para o CGEE/PNUD. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/52441018/2/CARACTERISTICAS-GERAIS-DA-MINERACAO-NO-BRASIL-E-O-MEIO>>. Acesso em: 12 abril 2013.
- FARIA, H. M. Uma discussão a respeito dos benefícios econômicos da gestão ambiental. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Escola Federal de Engenharia de Itajubá – MG. 2000
- FREITAS, D.P, Oleiro, W.N. Contabilidade ambiental: a evidenciação nas demonstrações financeiras das empresas listadas na Bm&F-Bovespa. REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – Vol. 1, no 2, p.65-81, Set-Dez/2011.
- IBGE. Pesquisa industrial anual. RJ: 2010

INSTITUTO ETHOS. O Compromisso das Empresas com o Meio Ambiente – a Agenda Ambiental das Empresas e a Sustentabilidade da Economia Florestal / Benjamin S. Gonçalves (coordenação e edição). – São Paulo: Instituto Ethos, 2005. [http://www.ethos.org.br/_ Uniethos/Documents/meio_ambiente.pdf](http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/meio_ambiente.pdf). Acesso em 28 de novembro de 2012.

LAVILLE, Élizabeth. A Empresa Verde. São Paulo. OTE, 2009

LEAL, Georla C. S. G; FARIAS, Maria S.S; ARAUJO, Aline de Farias. O processo de industrialização e seus impactos no meio ambiente urbano. QUALIT@S Revista Eletrônica. ISSN 1677-4280 V7. n.1. Ano 2008

MAIMON, D. Eco-estratégia nas empresas brasileiras: realidade ou discurso? RAE - Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 34, n.4, jul./ago. 1994.

NAHUZ, M. A. R. O sistema ISO 14000 e a certificação ambiental. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 6, nov./dez. 1995, p. 55-66.

OLIVEIRA, E. C. Ensaio teórico sobre a variável ambiental como fator de forte influência nas estratégias empresariais. In: XXVII SEMAD – Semana do Administrador, 27. 2007, Maringá – PR. Anais... Maringá: Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2007.

OLIVEIRA, E.C., RIZZO, M. R. A questão ambiental no contexto das organizações: Responsabilidade Socioambiental ou Uma Forma de Diferenciação para o Mercado? 2010

PEREZ, F. A evolução dos Relatórios de Sustentabilidade no Setor de Mineração. Dissertação de mestrado em engenharia. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Brasil, 2008.

PINFIELD, L. T; EGRI, C. P. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CALDAS, M; FACHIN, R; FISCHER, T. (org.). Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998.

RICO, Elizabeth de Melo. A responsabilidade social empresarial e o estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. Revista São Paulo em Perspectiva, 18(4): 73-82, 2004.

ROHRICH, S. S; CUNHA, J. C. A proposição de uma taxonomia para análise da gestão ambiental no Brasil. RAC - Revista de Administração Contemporânea, São Paulo, v. 8, n.4, out./dez. 2004, p. 81-97.

SANCHES, C. S. Gestão ambiental proativa. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 40, n. 1, jan./mar. 2000, p. 76-87.

SANCHES, C. S. Evolução das práticas ambientais em empresas industriais: um modelo genérico. In: IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 4, 1997, São Paulo-SP. Anais... São Paulo: FGV/USP/FAPESP, Ed. Plêiade, 1997.

SEIFFERT, M. E. B. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2007b.

YOUNG, C. E. F. (coord). Abertura Comercial, Competitividade e Poluição: o comportamento da indústria brasileira (Relatório de pesquisa). CNPq, (mimeo). 1999